

Aconteceu

GOVERNO ENDURECE E GARANTE PRESIDENCIALISMO NA CONSTITUINTE

O Presidente Sarney continuará com o sistema que sempre quis. Ministros trabalharam noite e dia para pressionar Constituinte. Prisco Viana priorizou distribuição de verbas do Ministério da Habitação para Governadores presidencialistas. Também os Governadores ajudaram muito. Quércia, de São Paulo, virou 17 votos, mas o recordista foi Newton Cardoso, de Minas, que cravou 22 votos para Sarney. Foi uma votação histórica.

Lula Marques



Constituintes olham para o placar eletrônico à espera do resultado da votação do sistema de governo.

CUT entrega proposta para FIESP

São basicamente sete itens, encabeçados pelo contrato coletivo de trabalho

Nicarágua busca a paz com os contra

As negociações em busca da paz começaram em Sapoá. O território nicaraguense está ainda salvo de ataques, mas bastou um alerta de Honduras de uma suposta invasão de suas fronteiras pela Nicarágua para os Estados Unidos colocar tropas em território hondurenho, numa clara ameaça e provocação ao governo sandinista.

Morre no Rio escritor Hélio Pelegrini

Morreu na madrugada do dia 23 de março o médico psicanalista e escritor Hélio Pelegrini, de 66 anos. Pensador e crítico social, Pelegrini destacou-se em diversos momentos da história recente brasileira, por suas posições intransigentes em defesa da justiça e dos direitos sociais. Mineiro, militante do PT, Hélio Pelegrini havia sido internado na véspera com problemas cardíacos e não resistiu a um segundo enfarte.

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



Aconteceu Nº 448
28/03-04/04 de 1988

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 96
Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01230 - São Paulo - SP

Assinatura Anual: Cz\$ 200,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85,00 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Editor:
Xico Teixeira
Produção Gráfica:
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 200,00

Endereço LatAm US\$ 90 América do Norte US\$ 85 Europa, África e Ásia US\$ 75

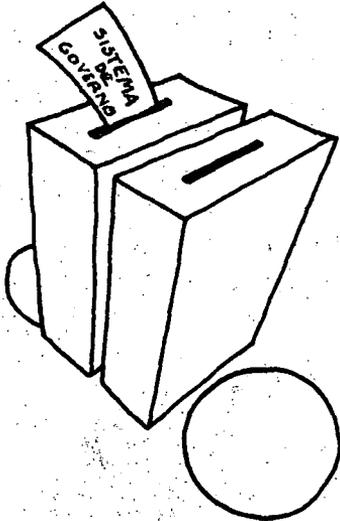
Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
 Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
 Rua Cosme Velho, 96 - Fundos - CEP 22241
 Rio de Janeiro - RJ

CONSELHO DE PUBLICAÇÕES

Anivaldo Padilha	Marcus Vinicius Grod
Ary da Costa Pinto	Borges
Carlos Alberto Correia da Cunha	Neide Esterci
Carlos Alberto Ricardo	Sérgio Alli
Heloisa de Souza Martins	Vera Maria Masagão
Henrique Pereira Júnior	Ribeiro
	Xico Teixeira
	Jether Pereira Ramalho
	(coordenador)

Na última hora, pre\$\$ão do governo faz constituinte aprovar o presidencialismo



Diante de Covas (D, sentado), parlamentarista derrotado, presidencialistas de vários partidos comemoram.

O Congresso constituinte decidiu, no dia 22, manter o sistema presidencialista de governo, aprovado por 343 votos contra 212 e três abstenções, margem muito mais ampla do que previam, até o início da votação, os mais entusiasmados defensores do presidencialismo e do governo José Sarney. Em seguida, a Constituinte aprovou um mandato de cinco anos para os futuros presidentes (304 votos contra e 223 e três abstenções).

Esta última decisão não envolve diretamente o mandato de Sarney, que só será definido nas disposições transitórias, último capítulo a ser votado pelos constituintes. Mas é considerada indicativa de que os constituintes acabaram por conferir também a Sarney o mandato de cinco anos.

A dupla vitória do governo foi atribuída, pelos parlamentaristas e pelos adversários do governo, à intensa pressão desencadeada, nas últimas 48 horas, pelo governo central e pelos governadores estaduais a ele aliados. "A intervenção do governo foi obsena", disse o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB - RJ), antes mesmo de se iniciar a votação. Na área governista, a margem mais ampla do que a esperada foi explicada assim

por Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos coordenadores do Centrão: "Nosso trabalho foi melhor do que esperávamos".

Sinônimos

Nenhum governista usa, momento algun, a palavra pressão ou assemelhadas para se referir à ofensiva do governo central e dos governadores afinados com ele. "Trabalho", "convencimento", são os sinônimos preferidos.

Em todo o caso, num acesso de entusiasmo, o governista Arnaldo Prieto (PFL-RS) deixa escapar ao ouvido de outro constituinte: "A gente aqui se emociona mais do que num cassino".

Para a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), o que aconteceu foi uma vergonhosa corrupção junto aos indecisos e até para mudar votos certos.

A festa dos governistas só se interrompeu para a nova votação, a do mandato dos futuros presidentes, teste indicativo do que será decidido para Sarney.

É apenas um intervalo, porque, às 21h, a nova vitória (304 votos a favor dos cinco anos, contra 223 e três abstenções) reabre as comemorações. (Folha -SP 23/03/88)

AS ESTRUTURAS DE PODER DO PRESIDENCIALISMO



Compete ao Presidente da República

1. Chefia do Estado e do governo
2. Nomear e exonerar os ministros de Estado
3. Exercer, com o auxílio dos ministros, a administração federal
4. Iniciar o processo legislativo
5. Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis
6. Votar projetos de lei
7. Cuidar da organização e do funcionamento da administração federal
8. Representar o Estado
9. Assinar tratados

10. Decretar o estado de defesa e o estado de sítio
11. Decretar intervenção federal nos Estados
12. Conceder indulto
13. Exercer o comando supremo das Forças Armadas, promover os oficiais-generais das três forças e nomear seus comandantes
14. Nomear, após aprovação do Congresso, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal de Contas da União (TCU), os Governadores

- de Territórios, o procurador-geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central
15. Convocar e presidir o Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional
16. Declarar guerra, autorizado pelo Congresso
17. Determinar a realização de referendo popular
18. Enviar ao Congresso o plano de investimentos e as propostas de orçamento
19. Prestar contas, anualmente, ao Congresso, do exercício anterior
20. Adotar medidas provisórias com força de lei, nos termos da Constituição

Compete ao Congresso Nacional

1. Aprovar, ou não, tratados e acordos internacionais
2. Autorizar o presidente a declarar guerra
3. Autorizar o presidente a se ausentar do país
4. Aprovar ou suspender o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal
5. Aprovar a criação ou supressão de Territórios ou Estados

6. Julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente
7. Apreciar as concessões de rádio e TV
8. Escolher dois terços dos membros do TCU
9. Autorizar referendo e plebiscito
10. Aprovar iniciativas do Executivo referentes a atividades nucleares

um terço de seus membros, e aprovar, por maioria de dois terços, a moção de censura a ministros

3. Recomendar ao presidente da República o afastamento de detentor de cargo de confiança no governo

Compete à Câmara dos Deputados

1. Autorizar, por dois terços dos membros, a instauração de processo contra o presidente da República
2. Apreciar, por iniciativa de no mínimo,

Compete ao Senado

1. Processar e julgar o presidente e os ministros de Estado
2. Autorizar operações externas de natureza financeira
3. Fixar limites globais para o total da dívida da União, dos Estados e dos Municípios

Na direita, euforia, à esquerda, velório

O presidente José Sarney obteve vitória fundamental para o sucesso de seu projeto de permanecer cinco anos no Palácio do Planalto. Por 364 votos a favor, 223 contra e três abstenções, a Constituinte decidiu que os mandatos presidenciais são de cinco anos. Embora a votação específica sobre o tempo de permanência de Sarney no governo só vá ocorrer dentro de 30 ou 40 dias, nas disposições transitórias, o resultado tornou mais difícil a aprovação posterior dos quatro anos.

A vitória comemorada ruidosamente pelos líderes do governo, Carlos Sant'Anna, do PFL, José Lourenço, e do PDS, Amiral Neto. Abraçados, os três pularam juntos no plenário, como colegiais, enquanto as bancadas conservadoras gritavam "cinco, cinco", levantando as mãos abertas para o alto. Lourenço não se conteve, subiu na cadeira e, virando-se de costas para a mesa, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, comandou o coro.

Enquanto isso, no lado esquerdo do plenário, onde estavam sentados as bancadas do PMDB e dos partidos de esquerda, o clima era de velório. (J B-23/03/88)

Repercussão

Agora uma parte do PMDB vai para a oposição. O grupo de Ulysses poderá ficar no governo ou sair. Mas perdeu importância. Sarney tem em mãos um suporte parlamentar formado por fragmentos de vários partidos, que lhe dão, se mobilizados, grande maioria. Pretende "começar" a governar.

Não se sabe como as decisões de ontem vão repercutir junto à população. O esquema fisiológico para aprovar o presidencialismo e os cinco anos ficou muito claro. A crise econômica pode ajudar a reacender a chama das diretas-já. Mais um impasse político-institucional que o Brasil terá que enfrentar. (Folha SP 23/03/88)

Lula segue diretório do PT e vota no presidencialismo

A intensa pressão dos parlamentares foi insuficiente para que o deputado Luís Ignácio Lula da Silva (PT-SP) desistisse de apoiar o presidencialismo, abrindo caminho, neste caso, para que outros membros da bancada do PT seguissem seu voto.

Lula já declarou que, "em tese", considera o sistema parlamentar mais democrático, mas preferiu acompanhar a definição presidencialista do Diretório Nacional do partido. Da mesma forma comportaram-se os demais quinze petistas no Congresso constituinte.

Para o líder do PT, a questão do sistema de governo não interferirá na do mandato do presidente José Sarney. "Vai

dar cinco anos de qualquer forma", disse Lula, muito tenso, à entrada do plenário, momentos antes da votação da emenda presidencialista. Segundo Lula, a responsabilidade pela vitória do mandato defendido pelo Palácio do Planalto será do PMDB. "Eles não têm interesse na realização de eleições este ano", afirmou.

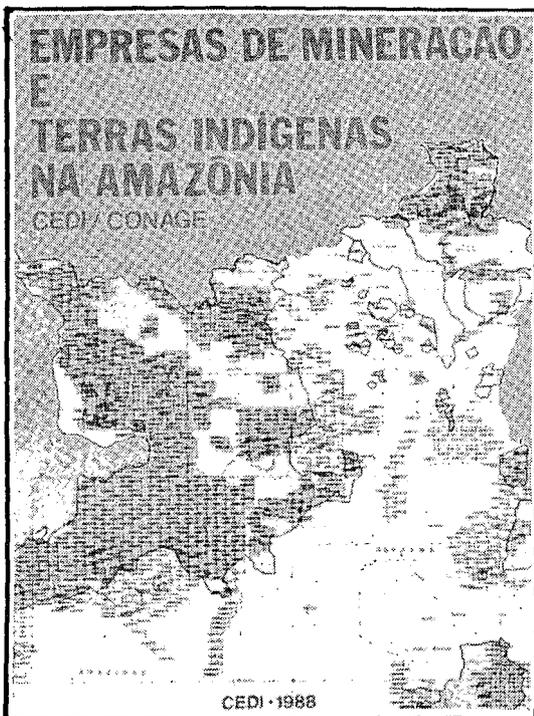
Ainda segundo Lula, o apoio de seu partido ao presidencialismo deve ser visto com duas ressalvas. "Em primeiro lugar, já aprovamos um Poder Legislativo mais democrático", afirmou. "E não abrimos mão de votar em separado o mandato presidencial, para que possamos votar nos quatro anos". Venceu o cinco. (Folha SP-22/03/88)

Congresso terá que autorizar a mineração em terras indígenas

A exploração de riquezas minerais em terras indígenas dependerá de autorização do Congresso Nacional, conforme dispositivo aprovado no dia 16 pelo plenário da Constituinte. Por 399 a 35, com 13 abstenções, os parlamentares mantiveram o texto elaborado pela Comissão de Sistematização e rejeitaram a proposta do deputado Rubem Figueiró (PMDB-MS) que determinava o poder fiscalizador e não de autorização.

O deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA) desenrolou um intenso mapa da Amazônia, elaborado pelo CEDI-Centro Ecuênico de Documentação e Informação - e CONAGE - Coordenação Nacional dos Geólogos - para demonstrar aos parlamentares que 25% do subsolo da Amazônia estão bloqueados por empresas de mineração, representando 21 grupos econômicos. Além disso, o mapa mostra que existem 560 alvarás em áreas indígenas, além de 1.685 re-

querimentos, em tramitação no DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral -, solicitando a pesquisa nessas áreas. A encenação do deputado surtiu efeito e contribuiu para que o plenário da Constituinte rejeitasse a emenda de Rubem Figueiró. Embora ainda não fique efetivamente definida a exploração das terras indígenas, uma vez que a questão voltará a ser tratada no capítulo referente ao assunto, o plenário deu mostras de que está disposto a não negociar nesta questão. Os lobbies são fortes dos dois lados e a prova disso é que a CONAGE e o CEDI distribuíram ontem no Congresso, uma publicação sobre Empresas de Mineração e terras Indígenas na Amazônia, onde é denunciada a incontrolável penetração de empresas de mineração em terras indígenas (FSP e Correio Brasileiro, 17/03/88).



O documento EMPRESAS DE MINERAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS NA AMAZONIA está sendo divulgado pelo CEDI e Conage e apresenta um quadro real da exploração mineral na região amazônica. Não somente as áreas onde existe atualmente mineração, com alvará concedido, como também as áreas já reservadas pelas grandes mineradoras, prontas para iniciarem a pesquisa e extração.

O documento, de 82 páginas, traz ainda gráficos e mapas com a devida localização dos garimpos e aborda a questão da legislação discutindo as propostas que estão na pauta da Constituinte e que serão votadas em capítulo específico.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS NA AMAZONIA pode ser encontrada no CEDI (Rua Cosme Velho, 98 fundos - RJ - e Av. Higienópolis, 983 - SP) e no Conage (Rua 67, 727 - Goiânia). Preço do exemplar = Cr\$ 350,00.

Caiapós entregam proposta de alteração no capítulo dos índios

Cerca de 50 índios Caiapós, que vivem no Sul do Pará, estiveram dia 18 no Congresso para entregar ao Presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, algumas propostas de alteração no Capítulo sobre o índio. Os Caiapós apresentaram Ulysses com um cocar de penas vermelhas e ouviram dele o compromisso de que a Assembléia vai buscar "fazer justiça" nas questões das comunidades indígenas.

A maior reivindicação dos Caiapós é a supressão do artigo 271 do Projeto de Constituição, que discrimina os índios aculturados, retirando-lhes a tutela constitucional. Querem ainda incluir um dispositivo que impeça a exploração de recursos minerais em terras indígenas.

Para receber os Caiapós que, vestidos com seus trajes de guerra ocuparam o

salão verde, Ulysses quebrou um costume, saindo do plenário no meio da sessão, acompanhado por todos os Líderes. Em nome da tribo, falou o chefe Necranotire, Krokoti, que presenteou Ulysses e "pediu que a Constituinte respeitasse a terra e a cultura do índio".

Ulysses, confessando-se emocionado com a homenagem, disse que as portas de seu gabinete estavam abertas para que os índios apresentassem sugestões.

Antes de saírem do Congresso, os Caiapós festejaram com a "dança da decisão", que segundo Krakoti, é o ritual utilizado por eles no plantio, para assegurar a boa colheita. De mãos dadas e enfileirados, os índios deram a volta pelos corredores da Câmara dos Deputados, sob o aplauso de parlamentares e funcionários.

Codevasf promete estrada e Xacriabás liberam barragem

Diante da promessa do diretor regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (Codevasf), Roberto Amaral, da abertura de uma estrada entre o posto da Funai e a aldeia de Missões, em Itacanrambi, Norte de Minas, os cerca de 500 índios xacriabás liberam dia 18 a barragem do Rio Itacambizinho, naquele município, interdita por eles por dois dias.

A paralização das obras da barragem aconteceu em protesto dos índios pe-

lo não cumprimento do convênio assinado entre a Codevasf, órgão responsável pela represa e a Funai. No convênio, a reserva indígena, que ficará com parte de seu território inundado com a construção da barragem, receberia como indenização obras de melhoramento de interesse da aldeia, entre elas a abertura de uma estrada e sete poços artesianos. A Codevasf prometera entregar as obras de infraestrutura até dezembro do ano passado e o atraso revoltou os índios.

Superintendente da Funai desmente notícias contra OPAN

O superintendente da FUNAI para o Centro-Oeste, Nilson Campos Moreira, desmentiu notícia veiculada por um jornal do Rio de Janeiro. O jornal carioca noticiou que a FUNAI retiraria da áreas indígenas do Mato Grosso todo o pessoal da OPAN - Operação Anchieta, sob a acusação

de que estariam promovendo orgias sexuais nas aldeias. "A informação não procede. Eu acredito que a notícia só tem o intuito de criar um clima de animosidade entre a FUNAI e a OPAN, que é ligada à CNBB", afirmou Nilson Moreira. (Correio Brasiliense, 10/03/88)

ACONTECENDO

Vox Populi

Pesquisa de opinião realizada em 17 Estados pela agência "Vox Populi" revela: entre Brizola, Lula, Antonio Ermírio, Aureliano, Montouro, Fernando Collor e Ulysses Guimarães, a maioria da população brasileira considera o presidente peemedebista como o pior candidato.

Ulysses obteve a rejeição de 27 % dos consultados, e se fosse para o segundo turno com qualquer outro nome da lista, ele perderia para todos. (Painel FSP, 22/03/88)

Por quatro

Indica também a pesquisa que a maioria da população (63%) é contra o mandato de cinco anos para Sarney, enquanto 21% declararam-se a favor e 11% são indiferentes.

A maioria (47%) também acha que o PMDB deve deixar o governo e devolver a Sarney, imediatamente, os cargos que ocupa na administração federal. (Painel FSP, 22/03/88)

Pressões do Planalto

O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, confirma a existência de pressões do Palácio do Planalto para que a CPI que investiga a corrupção não convoque parentes de Sarney.

Ele inclui entre essas pressões o movimento para retirá-lo da liderança pefelista, encabeçado por "amigos do Planalto". (Painel FSP, 22/03/88)

Cobra no Alvorada

Uma cobra jararacuçu, venenosa, foi abatida a tiros pela segurança de Sarney, domingo, quando atravessava os jardins do Palácio da Alvorada.

"Pelo menos em relação às cobras estou bem protegido", observou Sarney, enquanto examinava o réptil abatido. (Painel, 22/03/88)

Visão de Lula

Lula (PT-SP) está convencido de que já foi selado um acordo entre Sarney e Ulysses, para a aprovação do presidencialismo com cinco anos.

Solução que, diz, interessa a ambos: a Sarney, porque lhe daria o ano a mais que ele tanto quer; e a Ulysses, que assim teria tempo para tentar reverter seu atual desprestígio junto ao eleitorado. (Painel FSP, 22/03/88)

Adjetiva

Aprimorando seus argumentos, Luís Henrique não se fez de rogado e defendeu a tese de que o mandato de Sarney é o fato político mais importante deste momento.

"O regime de governo não é questão substantiva", afirmou, em tom carregado de pragmatismo responsável. (Painel FSP, 22/03/88)

Paciência compreensível

O ministro da Ciência e Tecnologia, Luís Henrique, acha que a população brasileira é muito compreensiva e, portanto, irá compreender a concessão de um mandato de cinco anos para Sarney.

"Assim como compreendeu, no auge das diretas, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral". Será? (Painel-FSP, 22/03/88)

Novos aliados

Políticos parlamentares lamentavam a rigidez do PT em relação ao seu apoio ao presidencialismo.

"Por incrível que pareça, quem vai acabar dando a vitória ao presidencialismo é a Sarney é a bancada de 16 votos do PT", disse o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). (Painel FSP, 22/03/88).

IBGE e inflação

A inflação de março deverá ser de 15,7%, de acordo com as estimativas do IBGE com base na coleta do IPC no Rio de Janeiro e São Paulo, informou o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Se este número se confirmar, representará uma queda em relação a taxa de fevereiro, que foi de 17,96%. O rendimento da caderneta de poupança em março será de 16,28%. (J B - 22/03/88)

Verde

O próximo livro de Fernando Gabeira será Greenpeace - a verde guerrilha da paz, que sai em junho pela editora Clube do Livro.

Nele Gabeira comenta as lutas da mais famosa organização ecológica do mundo - a Greenpeace International - com sede em Lewes, Sul da Inglaterra, e mais 36 escritórios espalhados por 17 países. (Informe JB, 17/03/88)

Banco de Sarney

Na abertura das comemorações do centenário da abolição da escravidão, Sarney disse que o seu governo pretende criar uma elite da raça negra que atue em todos os setores da sociedade.

Sua assessoria percebeu o deslize e, no texto do discurso fornecido à imprensa, substituiu a expressão elite por contingente. (Painel FSP, 22/03/88)

Eye, Bye Brazil

Os brasileiros estão mesmo indo embora, segundo estatística da Polícia Federal.

Nada menos que 2 milhões 731 mil 534 saíram do país, entre 1985 e 1987.

Nesse mesmo período, retornaram apenas 1 milhão 594 mil 005.

Ou seja, exatamente 1 milhão 137 mil 529 brasileiras e brasileiros foram, viram, gostaram e ficaram. (Informe JB, 17/03/88)

XÔ!

Cartaz escrito a mão e colado na Caravan, placa XU-2350, que passou ontem pelo Morro da Viúva, na Zona Sul do Rio de Janeiro, às 13h50 min:

Errar é humano.

O Brasil tem o mais humano dos presidentes. (Informe JB, 17/03/88)

URGH! URP

Os trabalhadores das empresas estatais sediadas no Rio de Janeiro estão em estado de greve, preparando-se para uma paralisação geral caso o governo decida realmente suspender o pagamento das URPs (Unidades de Referência de Preços).

A decisão foi tomada em assembléia na quinta-feira, dia 24.

Governo não desiste.

O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, disse em Curitiba, que com os recursos previstos no orçamento da União - CZ\$ 8 bilhões - para a ferrovia Norte-Sul "vai dar para tocar" o início das obras.

Tavares participou da solenidade de instalação da empresa Ferroeste e negou que a redução dos investimento para controle do déficit público tenha zerado o volume de recursos para a Norte-Sul. (Folha SP., 17/03/88)

Justiça

O ministro da Justiça, Paulo Grossard, recuou e designou uma comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para apurar a dimensão da chacina contra garimpeiros de Serra Pelada (PA), em dezembro último. (Informe JB, 22/03/88)

Pé no freio

O DNER lança esta semana uma grande campanha de prevenção de acidentes com o slogan Chega de sabgue nas estradas.

A campanha é de um pool de agências de publicidade - MPM, Salles e Almap. (Painel FSP., 22/03/88)

Pobre não tem vez na universidade brasileira

Cada vez mais a universidade brasileira está se afastando das classes menos favorecidas, e o resultado do vestibular da Universidade Federal Fluminense (UFF) pode ser considerado uma radiografia dessa realidade. O pesquisador educacional Sérgio Costa Ribeiro, do Laboratório Nacional de Computação Científica do CNPq, é de opinião de que não é alijando essa significativa parcela da sociedade que se vai melhorar o ensino de segundo grau. Ao contrário, afirma.

- No momento em que a universidade luta pela democratização e pela sua autonomia, sua primeira ação é impedir que a classe menos favorecida entre nessa universidade. Para cumprir seu papel, ela deveria aceitar esses alunos e-

liminados, dar-lhes um curso inicial elementar e, aumentando o tempo de duração (a lei permite até o dobro), melhorar o nível desses alunos para que no futuro se tenha professores de segundo grau com melhor formação - explica.

Toda verba da Emenda Calmon (13% do orçamento da União) é praticamente gasta com a universidade pública, que forma, lembra ele, uma elite de 300 mil jovens por ano. A formação do professor, acrescenta, está sendo deixada para as escolas particulares, que não se interessam pela qualidade. Esse modelo de vestibular, garante, vai elitizar muito mais e os resultados da UFF estão aí para comprovar. (JB, 14/03/88)

Reprimida em S.P. manifestação contra mensalidades escolares

O protesto contra a liberação das mensalidades escolares, iniciado timidamente na frente do prédio da Fundação Cásper Líbero, na avenida Paulista, no dia 17/03, transformou-se, uma hora e meia depois, em confronto entre estudantes e a Polícia Militar. O capitão Dimas Cardoso, que estava no comando da operação, convenceu, no começo, os líderes do Comitê de Defesa da Educação a realizar o ato na calçada durante o resto do fim da tarde. Com a chegada de uma passeata de alunos da PUC e da Faculdade São Luiz, contra a qual já haviam sido lançadas bombas de efeito moral em frente ao Masp, a situação tornou-se tensa. Os estudantes tentaram romper o

acordo da PM, que soltou outra bomba, cujos estilhaços feriram, sem gravidade, um estudante. Alguns policiais distribuíram chutes e, de volta, receberam tapas.

"A nossa mobilização vai derrubar esse decreto", afirmou Eugênio Pascoalini, secretário-geral da União Nacional dos Estudantes (UNE). "Aqui estão representantes de 90% das escolas de São Paulo", disse Augusto Góes, diretor da entidade. A liberação das mensalidades, segundo o deputado estadual Ivam Valente (PT), que discursou na avenida Paulista, "faz parte de uma política de privatização a que os estudantes estão dizendo não". (Estado S.P., 18/03/88).

Quatro mil alunos protestam

Em passeata organizada, que lembrou os grandes movimentos reivindicatórios realizados há 10 anos, mais de quatro mil alunos do ensino privado no Grande ABC lançaram no dia 17 um protesto

contra os reajustes estipulados pelas escolas particulares. A concentração paralizou todo o trânsito do centro de Santo André e foi acompanhado de perto por viaturas da Polícia Militar.

Nicarágua e contras debatem a paz



Sapoá fica na região sul da Nicarágua.

As delegações do governo da Nicarágua e dos rebeldes anti-sandinistas ("contras") iniciaram dia 21, em Sapoá, na Nicarágua, seu primeiro encontro direto de alto nível em território nicaraguense, para discutir um cessar-fogo na guerra que já dura seis anos.

Os dirigentes da Resistência Nicaraguense (RN, que agrupa os "contras") aderiram à iniciativa do governo sandinista de promover um trégua nos combates enquanto durarem as conversações de paz. A decisão dos sandinistas de interromper

sua ofensiva contra os rebeldes foi anunciada pelo general Humberto Ortega, ministro da Defesa e chefe da delegação governamental, antes do encontro em Sapoá, onde a primeira reunião foi encerrada às 17h locais.

A delegação da RN chegou à Nicarágua por terra, procedente da Costa Rica, em meio a fortes medidas de segurança que incluíam a presença de um grupo de guarda-costas do governo costa-riquenho. A delegação rebelde é chefiada pelo dirigente Adolfo Calero.

A delegação sandinista partiu de Manágua em meio a uma manifestação organizada pelo governo para demonstrar o apoio às negociações. O presidente Daniel Ortega acompanhou a delegação chefiada pelo seu irmão Humberto durante os seis primeiros quilômetros da rodovia que conduz a Sapoá.

EUA armam pretexto para intervir na América Central

A crise na América Central agravou-se a partir da última quarta-feira, quando os EUA acusaram o Exército sandinista de ter invadido 60 km do território hondurenho na ofensiva militar lançada contra a guerrilha direitista ("contras"), que atua na Nicarágua a partir de bases em Honduras. Dizendo que foi a pedido do governo hondurenho, os EUA enviaram 3.200 soldados de quatro unidades de elite para ajudar as Forças Armadas hondurenhas a repelir a suposta invasão nicaraguense.

Invasão verdadeira

Cerca de 700 soldados norte-americanos e 300 hondurenhos iniciaram dia 21 operações conjuntas na base de Jamastran, no departamento de El Paraíso, a 25 km da fronteira com a Nicarágua, segundo informaram oficiais dos EUA. Os soldados norte-americanos, que formam parte dos 3.200 enviados a Honduras no fim de semana, permaneceram a 120 km do Vale de Bo-

cay, de onde teria partido a invasão sandinista.

Os Estados Unidos negaram-se a fornecer helicópteros para transportar tropas hondurenhas para a região dos conflitos entre os dois países, disse o general Collin Powell, chefe do Conselho de Segurança Nacional dos EUA. Tanto ele como o secretário de Estado, George Shultz, reiteraram que as tropas norte-americanas enviadas a Honduras não deverão entrar na zona de combate.

Protestos

Uma grande manifestação com pelo menos 5 mil pessoas em San Francisco (Califórnia), marcou o terceiro consecutivo dia de protesto contra a decisão do presidente Ronald Reagan de enviar tropas norte-americanas para Honduras. Os manifestantes entraram em choque com a polícia quando tentavam aproximar de um edifício do governo federal.

Teólogo alemão vem ao Brasil para palestras no Instituto Bennet

Nos dias 4 e 5 de abril, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha promove, no Rio de Janeiro, duas conferências do professor Metz, doutor em Teologia e Filosofia, considerado o fundador da nova Teologia política, co-fundador e co-diretor da revista teológica internacional "Concilium" e diretor da seção para dogmática.

Figura polêmica nos meios religiosos, Metz falará sobre os temas "Que futuro tem a Igreja? Discussão a partir do 1º e 3º mundos" (no dia 4) e "A fé em Deus como memória perigosa: a questão de Deus hoje" (dia 5), sempre às 6 da tarde, no auditório do Instituto Metodista Bennett (Rua Marquês de Abrantes, 55, com tradução simultânea. A entrada é franca

Flagelados se reúnem em Caxias para celebrar a Páscoa

As dioceses de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu promovem no dia 1º de abril, na sexta-feira santa, o Encontro dos Flagelados com Jesus Sofredor. São esperados cerca de 10 mil pessoas que

vão celebrar a Páscoa da Libertação e de bater suas reivindicações básicas. O encontro será a partir das 6 da tarde, na Av. Projetada A (próxima à Rodoviária do Shopping Center), em Duque de Caxias.

Escândalo derruba mais um televangelista norte-americano

O pastor eletrônico Jimmy Swaggart - o evangelista mais popular dos Estados Unidos - ficará três meses afastado das pregações públicas e dois anos recebendo aconselhamento de membros do Conselho das Assembléias de Deus, igreja a qual ele é vinculado. Essa foi a punição que lhe foi imposta pela cúpula da igreja após a sua confissão pública de que havia pecado contra Deus e sua família, caracterizada por um escândalo sexual que o envolvia e a uma prostituta norte-americana. Swaggart é o segundo pastor eletrônico famoso que cai do púlpito por causa de escândalos sexuais em menos de um ano. Em 1987, Swaggart esteve à frente de uma campanha que derrubou seu concorrente eletrônico Jim Bakker, obrigado a confessar ter mantido rela-

ções sexuais com uma secretária de sua igreja. O televangelista norte-americano tem transformado o Evangelho numa fonte incalculável de lucros. Pat Robertson, pastor candidato à presidência dos Estados Unidos pelo Partido Republicano, tem uma renda anual de 232 milhões de dólares e um público de 16 milhões e 300 mil telespectadores nos Estados Unidos. O segundo líder em audiência e faturamento é Jimmy Swaggart, com ganhos anuais de 140 milhões de dólares e 300 mil telespectadores. Estes são os chamados expoentes da "Maioria Moral" americana, grupo ultraconservador que mostrou uma formidável força política a partir de 1987, ajudando a eleger Ronald Reagan (JB, 24 / 02/88).

Justiça condena assassinos do Pe. Ramin em Mato Grosso

Após 21 horas de sessão - o Tribunal do Juri de Cuiabá, presidido pelo Juiz da 1ª Vara Criminal, Simão Aureliano de Barros Filho, condenou, por unanimidade, os réus Deuzélio Gonçalves Fraga, de 31 anos, e Altamiro Flauzino, de 24 - a uma pena de 24 a 25 anos de reclusão, respectivamente. Assassinaram no dia 24 de julho de 1985, com 69 tiros dos mais diversos calibres, o padre Missionário Italiano da Congregação dos colombianos, Ezequiel Ramin e tentaram matar ainda o presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Cacoal (RO), Adílio de Souza, que acompanhava o Padre mas que conseguiu escapar com vida. O crime ocorreu em Aripuana, no extremo Noroeste de Mato Grosso, quase na divisa com a Rondônia, durante uma emboscada.

Como estava previsto, o julgamento teve conotação política. Faixas pedindo a condenação dos réus foram colocadas na entrada do fórum criminal. Trabalhadores rurais e militantes religiosos de Cacoal, além do bispo de Ji-Paraná (RO), Dom Antonio Possamai, superior hierárquico de Ramin, vieram a Cuiabá para acompanhar o julgamento. A comissão pastoral da terra (CPT), regional de Mato Grosso, recebeu telegramas de solidariedade de todo o País e até do exterior, que também pedia justiça.

O Juiz Simão Aureliano de Barros Filho, ao proferir a sentença afirmou que era uma sentença contra a violência rural e contra o abuso do poder econômico. O réu Nagib Alves de Almeida, cujo julgamento estava previsto para junto com Deuzélio e Faluzino, não compareceu

ao trabalho. Em liberdade, por ter sido beneficiado com um 'habeas corpus' concedido pelo Juiz Simão Aureliano, ele poderá ter sua prisão decretada, caso não compareça à justiça. Nagib de Almeida é acusado de ter fornecido armas aos acusados pela morte de Ramin.

Esperança na Luta

Essa decisão mostra que a impunidade não é uma norma. Foram condenados os culpados pelo ato físico do assassinato, mas é necessário que a justiça processe, julgue e condene também os mandantes do crime, os maiores responsáveis, disse o Arcebispo metropolitano de Cuiabá, dom Bonifácio Piccinini, logo após a leitura da sentença. Disse ainda que "a condenação dá mais alento à igreja para continuar defendendo os direitos dos profanos neste País".

A igreja quer também a condenação do fazendeiro Osmar Ribeiro, proprietário da fazenda catuva e acusado de ser o mandante do crime, além de todos os que participaram da emboscada e assassinato de Ezequiel Ramin. Osmar Ribeiro Bruno, José de Paula Brandão e Francisco de Tal - "Chica Preta" - e Olavo Subtil estão indiciados em outro processo, ainda em fase de instrução. Todos, porém estão em liberdade.

Em Mato Grosso três outros padres - João Bosco Burnier, Rodolfo Luckembein e Vicente Cannas - foram assassinados em condições semelhantes (conflito de terra entre posseiros e latifundiários e grileiros), mas em nenhum dos casos, os responsáveis foram identificados

Posseiros deixam terra na Bahia

As mil e 300 pessoas que ocupavam parte da Fazenda Bela Vista, no município de Itamaraju extremo Sul da Bahia, começaram a deixar as terras por força da liminar concedida pelo juiz Raimundo Alves Souza, da Comarca local. A liminar foi pedida pelo médico carioca Eraldo Machado Lemos, que se diz proprietário das

terras. A saída dos ocupantes começou no dia 16 e foi acompanhada pela polícia, semincidente. Na véspera, 12 pessoas, tidas como líderes do movimento dos sem-terra na região, foram presas e só liberadas após prestarem depoimento na delegacia e quando a saída dos posseiros havia sido efetivada.

Começa a campanha salarial dos canavieiros em Pernambuco

Os 240 mil cortadores de cana de Pernambuco iniciaram campanha por uma antecipação de reajuste salarial de 36,22%. Na assembléia dos canavieiros, cerca de oito mil trabalhadores aprovaram a proposta da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado (Fetape), de pedir a reposição e encaminhar um documento ao governo do Estado e à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), mostrando a defasagem de seus salários. Atualmente os canavieiros ganham CZ\$ 6.800,00 e querem que seus salários sejam reajustados para CZ\$ 9.615,00.

Protesto

Os plantadores de cana de açúcar de Alagoas decidiram, em assembléia realizada na sede da Associação dos Plantadores, bloquear a BR-101, na altura da divisa do Estado com Pernambuco. O protesto dos canavieiros é contra o descaso das autoridades federais para com a agricultura e, especialmente, contra a correção monetária sobre os empréstimos para o setor. A proposta de bloqueio foi aprovada pela maioria dos quase mil plantadores presentes. O dia do protesto será definido na próxima segunda-feira. (Folha SP, 22/03/88)

Lavradores ameaçados de despejo

Cerca de 120 famílias de lavradores, há um ano acampados na Fazenda Capão Grande, em Abelardo Luz, no Extremo Oeste Catarinense (a 700 quilômetros de Florianópolis) estão ameaçados de despejo. A área 1.285 hectares foi cedida a eles pela Delegacia Regional do Ministério da Reforma Agrária, em Santa Catarina, enquanto tramitava o processo de desapropriação. Porém, o proprietário Nei Barbosa de Lima impetrou uma ação para

sustar a venda das terras e teve a liminar concedida pela justiça.

Os agricultores já plantaram feijão, milho e soja em 700 hectares e o milho será colhido nos próximos dois meses.

Eles afirmam que não deixarão as terras e pretendem resistir com a ajuda de cerca de dois mil colonos assentados em áreas próximas à fazenda.

Posseiros continuam em Aruega e preparam novas ocupações

O Prefeito de Novo Cruzeiro, no Vale do Jequetinhonha (MG) Paulo Afonso Nogueira Viana, disse que os fazendeiros do município estão se armando, temendo novas ocupações de áreas por famílias de sem terra. Há um mês cerca de 400 famílias ocuparam a Fazenda Aruega, onde permaneceram por força de uma liminar concedida pela Justiça de Minas. No último domingo, durante concentração dos sem terra, o líder do movimento em Novo Cruzeiro, Satiro de Souza Rocha, candidato a vice governador pelo PT nas últimas e-

leições, anunciou que mais seis fazendas serão ocupadas, em acordo com a prefeitura. Conforme Viana, a liderança dos sem terra levou o Novo Cruzeiro cerca de duas mil famílias de mais de dez cidades próximas ao município. Estas famílias, que estão acampadas na fazenda Aruega, estariam preparadas para ocupar também as fazendas das Donas, Laranjeiras, Grupiara, Santa Rita, Bora e Ribeirão das Pedras, conforme anunciou Satiro Rocha, durante a manifestação.

Metalúrgicos e comércio querem "frente ampla" em defesa da URP

A criação de uma "frente ampla" com adesão de todos os segmentos da classe trabalhadora e das entidades empresariais em defesa do poder de compra dos salários, da manutenção da oferta de emprego, do fortalecimento do mercado interno e para garantia da atividade econômica, foi proposta pelo presidente do Sindicatos dos Metalúrgicos de Guarulhos, Francisco Cardoso Filho ao presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman.

Plano de fundo do entendimento está a defesa da Unidade de Referência de Preços (URP), que interessa aos trabalhadores para reposição salarial e aos co-

merciantes pela manutenção do movimento de vendas. Os presidentes das duas entidades tentarão ampliar a frente obtendo adesão de outros sindicatos a federações, incluindo-se a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Francisco preside o que chama de "terceiro maior sindicato da categoria em todo o país", com 75 mil trabalhadores em mil empresas da região de Guarulhos, Arujá, Santa Isabel e Mairiporã, na Grande São Paulo. Szajman preside a Federação formada por mais de uma centena de sindicatos de comércio varejista e atacadista que atuam em todo o Estado. (Folha S.P., 22/03/88)

URP do funcionalismo poderá ser congelada pela SEPLAN

O secretário-geral do Ministério do Planejamento, Ricardo Santiago, disse que o governo continua estudando o congelamento da URP (Unidade de Referência de Preços) ou seu escalonamento para os funcionários públicos. Segundo Santiago, para o setor privado "não existe essa possibilidade". O secretário-geral da Seplan negou que os salários do funcionalismo seja o principal componente do déficit público, mas disse que "houve um crescimento real no segundo semestre de 87 da folha salarial na administração direta e indireta, que tem de ser administrado".

Segundo Santiago, a modificação na política salarial do funcionalismo é a segunda etapa do "plano de combate ao déficit da Seplan". A primeira, foi a limitação do endividamento dos Estados e municípios e a terceira será a modificação do orçamento geral da União deste ano, que foi montado para uma inflação de 120%. (Folha SP - 22/03/88)

Caracas — AFP



Mailson: "Quanto mais rápidas as medidas, melhor"

CUT entrega à FIESP proposta de contrato coletivo

A central Única dos Trabalhadores CUT - entregou extensa pauta de reivindicações à Federação das Indústrias de São Paulo - FIESP -, iniciando o debate entre empresários e dirigentes sindicais para o estabelecimento de um contrato coletivo destinado a nortear as relações trabalhistas entre as indústrias do estado e seus 2 milhões de empregados.

Iniciativa inédita na história do sindicalismo brasileiro, tal contrato partiria da discussão de seis itens considerados fundamentais pela central sindical: reposição salarial, com percentuais viáveis de acordo com a perda de poder aquisitivo de cada categoria profissional; reajuste mensal de salários segundo a variação do custo de vida calculada pelo DIEESE; jornada de trabalho de 40 horas semanais; estabilidade no emprego; garantia da organização sindical nos locais de trabalho e formação de comissão de representação de empregados; unificação da data-base de todas as categorias em 1º de maio.

Além disso, o contrato coletivo de trabalho preveria a constituição de equipes negociadoras que estabeleceriam um calendário anual de reuniões para manter permanente canal de comunicação entre empresários e sindicalistas.

A proposta encaminhada pela CUT estadual será entregue a todas as representações patronais em todos os estados da Federação; Mas o bombardeio não vai parar por aí. A entidade sindical enviou telegramas a cinco confederações patrimoniais e aos ministros da Ciência e Tecnologia, Comunicações, Minas e Energia, Educação e Desenvolvimento e Meio Ambiente. A CUT quer marcar audiências com todos eles para discutir a reposição das perdas salariais e um contrato coletivo nacional.

Na FIESP, os empresários se comprometeram a consultar os 112 sindicatos patrimoniais filiados, antes de formar comissão de negociação. O presidente da FIESP, Mário Amato, afastou a possibilidade de colocar sua assinatura em qualquer documento que represente estabilidade de no emprego. "A indústria não agüentaria", argumentou. Concorda, no entanto, com a necessidade de discutir garantias no emprego, indo além dos termos aprovados na Constituinte, segundo informou um participante da reunião.

Uma pauta de reivindicações com 25 itens foi entregue ontem pela CUT a Olynto de Campos Tavares, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega - que está em Caracas, tratando de política agrícola e agrária.

(JB - 22/03/88)

O QUE QUER A CUT

<p>Reposição salarial</p> <p>Sobre os salários de todos os trabalhadores das bases territoriais dos sindicatos filiados à CUT-SP, sejam assegurado aplicação de ... % a título de reposição salarial decorrente das perdas ocorridas nas respectivas datas-base até a data do presente acordo.</p>	<p>a ser admitidos doravante, ficando proibidos as rescisões unilaterais dos respectivos contratos de trabalho pelos empresários.</p> <p>Organização sindical nos locais de trabalho e comissões de representação</p>
<p>Reajuste mensal de salários</p> <p>Seja assegurado para todos os trabalhadores representados pelos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores no Estado de São Paulo reajuste mensal automático de salários de acordo com a variação do custo de vida, calculado pelo Dieese.</p>	<p>Seja assegurado o exercício da atividade sindical nos locais de trabalho através de organismos internos livremente constituídos pelas respectivas organizações. Para garantir a unidade dos trabalhadores e assegurar a intervenção democrática nos locais de trabalho, poderão os trabalhadores criar comissões internas de representação, negociação e contratação no âmbito das questões específicas na empresa.</p>
<p>Da redução da duração semanal do trabalho</p> <p>A duração semanal do trabalho não poderá exceder a 40 (quarenta) horas semanais. A redução das horas não importará em diminuição dos salários mensalmente percebidos pelos trabalhadores.</p>	<p>Unificação das datas-base</p> <p>Sejam unificados as datas-base em 1º de maio.</p>
<p>Estabilidade no emprego</p> <p>Estabilidade no emprego para todos trabalhadores das bases territoriais dos sindicatos filiados a CUT-SP, que mantenham vínculo empregatício, bem como para aqueles que vierem</p>	<p>Contrato coletivo do trabalho</p> <p>Constituição de equipes negociadoras específicas, para estabelecer de comum acordo um calendário anual de reuniões, para afinal realizarem um Contrato Coletivo de Trabalho capaz de contemplar, inclusive, o sistema de contratação articulada. No que se refere aos índices e às reivindicações específicas das categorias para complementação da pauta, serão apresentadas por ocasião das rodadas de negociações.</p>